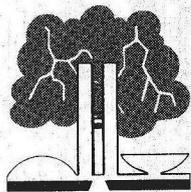


ESCÂNDALO/ENTREVISTA

Relator promete surpresas na lista de punições

Roberto Magalhães diz que vai incluir políticos que ainda não foram envolvidos no escândalo e sugerir mudanças na legislação no relatório final da CPI do Orçamento, que começa a preparar neste domingo

ELZA PIRES
e JOÃO DOMINGOS



BRASÍLIA — O relatório final da CPI do Orçamento poderá propor a cassação e a abertura de processos judiciais contra parlamentares que ainda não tiveram seus nomes envolvidos no escândalo do Orçamento. O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), começa a escrever seu relatório neste domingo e avisa que poderão ocorrer surpresas. "Quando eu divulgar o relatório final, todos ficarão sabendo, até eu mesmo", diz Magalhães nesta entrevista. O relatório deve ser apresentado no próximo sábado e votado no dia 24. A partir desta segunda, Magalhães vai reunir-se com os coordenadores das subcomissões para trabalharem juntos no preparo do documento.

Estado — Há casos de parlamentares que nem chegaram a depor e que poderão ser incluídos no relatório final, na relação dos culpados?

Roberto Magalhães — Eu não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Pode até haver sugestão de cassação deles. O processo de uma CPI não é contraditório, não é acusatório e não julga. Apenas reúne e aprecia provas. Por isso temos poderes de propor à mesa da Câmara ou do Senado a aplicação de penalidades a quem for encontrado em culpa, mesmo que não tenha sido ouvido. Sempre agimos a partir de presunções, já que não somos julgadores, mas isso é perfeitamente factível.

Estado — Afinal, quantos políticos serão incriminados?

Magalhães — Eu queria aproveitar a oportunidade para afirmar que não há número. Primeiro, porque ainda não terminou a fase de instruções. A partir desta segunda-feira, as subcomissões estarão fechando seus relatórios, que podem decidir a sorte de um investigado. Há deputados que só prestaram depoimentos às subcomissões. Por isso, a sorte deles vai depender muito mais da subcomissão do que do relator. Assim, não há números. Ninguém deve imaginar números porque somente no dia em que eu tiver de ler esse relatório é que todos ficarão sabendo, inclusive eu.

Estado — O senhor ainda não sabe qual é a situação de todos os investigados?

Magalhães — Estou com quatro pareceres parciais das subcomissões a respeito de deputados que depuseram mas que não foram nem vão a plenário. São casos em que as irregularidades se circunscrevem a apenas uma das subcomissões e é muito evidente a participação do parlamentar. Nestes casos a jurisprudência da

CPI é que estes parlamentares seriam ouvidos sem passar pelo plenário. Eu vou usar os depoimentos gravados e também as provas recolhidas pela comissão e o parecer da subcomissão. Mesmo que esta subcomissão não proponha uma penalidade, você infere claramente, a partir das irregularidades apontadas, que esta se coloca no sentido da culpabilidade.

Estado — Há, já se sabe, muitos que praticamente foram pré-julgados. Há também inocentes entre os que foram investigados?

NÃO
CONSEGUIMOS
PROVAS
CONTRA VÁRIOS
DENUNCIADOS.
TEREMOS DE
INOCENTÁ-LOS



"Não sei se esta CPI vai me ajudar ou prejudicar politicamente"

Magalhães — Vários. Há aqueles que foram denunciados por José Carlos Alves dos Santos, depuseram e não encontramos qualquer responsabilidade. Há outros que foram denunciados ou aparecem nos documentos da Odebrecht, que presumimos que tenham culpa, mas que não conseguimos provar, nem obter indícios. Teremos de inocentá-los.

Estado — Como será o enquadramento dos culpados no Código Penal e nos processos de cassação no Congresso?

Magalhães — Diante de infrações administrativas ou políticas, particularmente a quebra do decoro parlamentar, a hipótese é de envio das peças do processo para a Mesa da Câmara ou do Senado, conforme o caso, a fim de que uma Mesa ou outra promova o processo de cassação. No caso de suposição de ilícito penal, aí as peças do processo vão para a Procuradoria-Geral da República, para que ela possa propor perante a Justiça a medida judicial para responsabilizar os culpados.

Estado — O senhor pretende acatar os relatórios como vierem das subcomissões?

Magalhães — É importante lembrar que as subcomissões não estão propondo a cassação de ninguém. É evidente que pelo acervo de irregularidades que a subcomissão manda ao relator está implícita a sugestão de penalidade. Há dados, das subcomissões, que podem ser decisivos. Eles estão vindo da fonte da prova.

Estado — Além da abertura de processos na Justiça, na Câmara e no Senado, que outras sugestões o senhor fará, a partir de sua experiência como relator?

Magalhães — A quebra do sigilo dos eleitos é a proposta mais recente. A partir do momento em que o eleito seja diplomado, ele não tem mais sigilo fiscal ou bancário. Extingue-se a Comissão de Orçamento, cria-se um novo

processo de elaboração orçamentária, que passa pelas comissões técnicas da Câmara e do Senado, a única forma de se dar a transparência. Depois vem uma Comissão de Sistematização Orçamentária que vai ter pouco a ver com a atual Comissão de Orçamento. Vai apenas sistematizar o Orçamento, antes de enviá-lo ao plenário para aprovação.

Estado — E para o Executivo, a CPI deixa alguma proposta?

Magalhães — Temos várias para o Executivo, sobretudo na questão da fiscalização e controle das contas. Nós vamos falar com ênfase sobre o controle interno e externo do Poder Executivo.

Estado — E sobre a imunidade parlamentar?

Magalhães — Nossa proposta é mantê-la como está, apenas com uma alteração: quando o Supremo Tribunal Federal pedir autorização para processar um deputado

ou senador, a respectiva casa legislativa terá 90 dias para decidir. Se não se pronunciar neste período, o Supremo pode iniciar o processo e cai a imunidade.

Estado — Por que o senhor se recusou a relatar o caso dos deputados pernambucanos?

Magalhães — Em Pernambuco, a CPI praticamente acabou girando em torno de um assunto único: Roberto cassa ou não cassa o Fiúza? Eu então conversei com o presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho, e disse que estava numa situação difícil. Porque se propuser a cassação do deputado

Ricardo Fiúza, dirão primeiro que só fiz isso porque fui pressionado. Se não fosse a imprensa e as pressões, eu não faria. Segundo, meus adversários irão explorar o fato dizendo que sou do mesmo partido do Fiúza e seria um traidor que, por oportunismo, sacrifiquei uma pessoa que sempre me apoiou. Se decidisse pela inocência, iriam dizer até que devo favores a ele. De qualquer maneira, eu

sairia desgastado. Passarinho então convidou o deputado Roberto Rollemberg para relatar a parte do deputado Fiúza e dos outros pernambucanos.

Estado — O senhor acha que se fortaleceu como candidato a governador de Pernambuco?

Magalhães — Não sei. Pernambuco é um Estado absolutamente atípico. Não sei se esta CPI vai me ajudar ou prejudicar. Em 1982, ganhei uma eleição para governador que estava perdida. Em 1986, perdi uma eleição para o Senado que era ganha. Sei que o ministro Passarinho vai muito bem nas pesquisas do Pará, pelo seu desempenho como presidente desta CPI. Sei que o senador José Paulo Bisol, no Rio Grande do Sul, teve uma enorme elevação nos percentuais. Em Pernambuco, pelo que estou sabendo, pelas pesquisas, não houve maior repercussão no eleitorado pelo trabalho que estou fazendo.

VAMOS
PROPOR
MEDIDAS DE
CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO
DAS CONTAS
DO EXECUTIVO